

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E OS LIMITES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – NA CIDADE DE REALEZA – PR (2020-2025)

Carmem Daiane Basso¹

Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia²

Palavras-chaves: Infância; Acolhimento Institucional; Proteção integral; ECA.

INTRODUÇÃO

A infância, historicamente, nem sempre foi reconhecida como uma fase distinta do desenvolvimento humano. Entre os séculos XVI e XIX, crianças eram frequentemente tratadas como "miniadultos", submetidas precocemente ao trabalho e privadas de direitos, proteção e reconhecimento de suas necessidades específicas. A consolidação da infância como etapa que demanda cuidados, proteção e garantia de direitos ocorreu gradativamente, influenciando a construção das políticas públicas voltadas à infância e adolescência.

Nesse contexto, o presente trabalho, inserido no Eixo 1 – Ciências Humanas do IV EIPOS, tem como objetivo analisar as lacunas existentes no serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida protetiva no município de Realeza-PR, no período de 2020 a 2025. A pesquisa busca verificar em que medida os direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo artigo 227 da Constituição Federal são efetivados na prática.

Como objetivos específicos, pretende-se traçar o perfil socioeconômico e racial das crianças e adolescentes acolhidos, identificar os principais fatores que motivam o

1 Assistente Social, Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal Fronteira Sul – Campus-Realeza, assistentesocialdaiane@Yahoo.com.br

2 Doutor em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, ronaldo.garcia@uffs.edu.br

acolhimento institucional, caracterizar a rede municipal de proteção, analisar a estrutura de recursos humanos do serviço, identificar os desafios enfrentados pelos profissionais e acolhidos e, a partir dos resultados obtidos, elaborar uma capacitação destinada aos profissionais e gestores da rede de atendimento.

A pesquisa possui relevância social e científica por contribuir para a qualificação dos serviços de acolhimento institucional, fortalecer a garantia dos direitos de crianças e adolescentes e subsidiar o aprimoramento das políticas públicas voltadas à proteção integral. Além disso, busca transformar os resultados da investigação em um produto técnico com aplicação prática, favorecendo intervenções mais humanizadas e alinhadas às diretrizes legais.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e qualitativa, desenvolvida por meio da análise da legislação vigente, documentos institucionais e processos judiciais, bem como da realização de entrevistas semiestruturadas com mães sociais, assistentes sociais, psicólogos e crianças e adolescentes acolhidos. A abordagem qualitativa possibilita compreender as experiências, percepções e desafios vivenciados pelos diferentes sujeitos envolvidos, articulando teoria e prática para produzir conhecimento capaz de contribuir para o aperfeiçoamento das ações de proteção à infância e adolescência.

DESENVOLVIMENTO

A compreensão da infância como sujeito de direitos é resultado de um processo histórico marcado por profundas desigualdades sociais. Conforme demonstra Mary Del Priore (2010), durante séculos as crianças foram tratadas como adultos em miniatura, sem reconhecimento de suas especificidades, sendo suas experiências fortemente determinadas por fatores como classe social, raça, gênero e contexto histórico. No Brasil, a infância de crianças indígenas, negras e pobres foi historicamente marcada pela exploração, abandono e exclusão, refletindo desigualdades estruturais que ainda repercutem nas políticas de proteção à infância e adolescência.

Partindo desse referencial, a pesquisa analisa os desafios contemporâneos do acolhimento institucional de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida protetiva no município de Realeza-PR, buscando identificar as lacunas existentes entre as garantias previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e sua efetivação no

cotidiano dos serviços. O estudo fundamenta-se na experiência profissional da pesquisadora como assistente social e coordenadora de serviços de acolhimento institucional e familiar, evidenciando dificuldades relacionadas à garantia de direitos, ao fortalecimento dos vínculos familiares, à participação dos acolhidos nas decisões institucionais e às condições de trabalho das equipes, especialmente das mães sociais.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, complementada por entrevistas semiestruturadas com profissionais e crianças e adolescentes acolhidos. Espera-se, ainda, subsidiar o aprimoramento das políticas públicas de proteção integral, fortalecer a atuação da rede de atendimento e oferecer elementos para a qualificação dos serviços de acolhimento, contribuindo para práticas mais humanizadas, participativas e comprometidas com a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

RESULTADOS, AVANÇOS E REFLEXÕES

O principal resultado esperado da pesquisa é a elaboração de um produto técnico na forma de uma capacitação interdisciplinar destinada aos profissionais que atuam direta e indiretamente nos serviços de acolhimento institucional e familiar, incluindo equipes técnicas, cuidadores, mães e pais sociais, gestores e integrantes da rede de proteção à infância e adolescência.

O diferencial da proposta está na construção da capacitação a partir das demandas reais identificadas nos serviços e da escuta qualificada de trabalhadores, crianças e adolescentes acolhidos, garantindo que o produto seja fundamentado tanto no conhecimento científico quanto nas experiências concretas vivenciadas no cotidiano institucional.

Entre os principais avanços, destaca-se a valorização da participação das crianças e adolescentes acolhidos nos processos de avaliação e planejamento dos serviços, promovendo uma abordagem mais humanizada, participativa e interdisciplinar. Além disso, o produto fortalece a integração entre pesquisa acadêmica e prática profissional, transformando os resultados da investigação em uma intervenção com aplicação imediata e potencial de replicação em outros municípios e contextos institucionais.

Espera-se que a capacitação contribua para a qualificação das práticas profissionais, o fortalecimento da garantia de direitos, a redução de práticas

institucionalizantes, a ampliação da escuta dos acolhidos, o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, o aprimoramento da articulação entre os órgãos da rede de proteção e a humanização do cuidado prestado às crianças e adolescentes.

A proposta também poderá subsidiar a atuação de gestores públicos, Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos de Direitos, oferecendo elementos para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à proteção integral da infância e adolescência.

Como reflexão central, o estudo evidencia que a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos depende não apenas do cumprimento das normas legais, mas também da formação continuada dos profissionais, da atuação integrada da rede de proteção e da incorporação das vozes dos próprios acolhidos na construção das práticas institucionais. Dessa forma, a pesquisa reforça a importância de estratégias permanentes de capacitação e do diálogo entre teoria, prática e realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROJEÇÕES

A pesquisa parte do entendimento de que, embora os serviços de acolhimento institucional e familiar possuam finalidade protetiva, persistem desafios estruturais, institucionais e relacionais que comprometem a efetivação da proteção integral prevista na legislação brasileira. Ao incorporar a escuta de mães e pais sociais, profissionais da rede de proteção e das próprias crianças e adolescentes acolhidos, o estudo busca identificar fragilidades, potencialidades e estratégias construídas no cotidiano dos serviços, ampliando a compreensão do acolhimento para além dos aspectos normativos e burocráticos.

Como produto técnico, será desenvolvida uma capacitação interdisciplinar destinada aos profissionais que atuam direta ou indiretamente nos serviços de acolhimento. A formação será estruturada a partir das demandas identificadas durante a pesquisa e abordará temas como garantia de direitos, humanização do atendimento, escuta qualificada, fortalecimento da convivência familiar e comunitária, manejo de situações de violência e sofrimento psíquico, individualização do cuidado e promoção da autonomia e da participação de crianças e adolescentes.

Embora a proposta não seja suficiente para superar, isoladamente, as limitações enfrentadas pelo poder público, sua implementação poderá contribuir para minimizar os

impactos da permanência prolongada no acolhimento institucional, especialmente entre adolescentes com reduzidas perspectivas de reintegração familiar ou adoção, promovendo práticas mais qualificadas, humanizadas e comprometidas com o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. ano 1990, Disponível em: <https://cutt.ly/yECVBmB>. Acesso em: 6 out. 2025.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p.87.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010, p.19-54.